



REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS CARENCIADOS

CAPÍTULO I – Disposições Gerais

Artigo 1.º — Objeto

1. O presente regulamento estabelece as condições de concessão, renovação e cessação das Bolsas de Estudo (adiante designadas por «bolsas») atribuídas anualmente pela Associação Poeta Aleixo (APA) a estudantes economicamente carenciados que frequentem cursos do ensino superior em Portugal.
2. As bolsas visam assegurar que nenhum residente do concelho de Loulé fique impedido de prosseguir estudos por razões financeiras, em consonância com os fins estatutários da APA.

Artigo 2.º — Âmbito

1. As bolsas podem ser atribuídas a estudantes:
 - a) Matriculados em licenciaturas ou mestrados integrados em instituições de ensino superior público;
 - b) Matriculados no ensino superior privado ou cooperativo quando o curso pretendido não exista em instituição pública;
 - c) Que não sejam já titulares de grau de licenciatura ou superior.
2. As bolsas classificam-se em Escalão A, B ou C, de acordo com a capacitação do agregado familiar, nos termos do Anexo II.

Artigo 3.º — Número e valor

1. Até 30 de outubro de cada ano, a Direção da APA fixa o número de bolsas e o montante mensal de cada escalão, tendo em conta a dotação orçamental disponível.
2. A soma das bolsas públicas (Bolsa de Ação Social da DGES) e privadas não poderá exceder o valor de um Indexante dos Apoios Sociais (IAS) em vigor.

CAPÍTULO II – Condições de Candidatura

Artigo 4.º — Requisitos pessoais

São elegíveis os candidatos que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

1. Tenham idade igual ou inferior a 25 anos à data da primeira candidatura;
2. Esteja inscrito num mínimo de 60 ECTS, salvo nos casos em que:



- a) Se encontre inscrito num número de ECTS inferior por estar a concluir o curso;
 - b) Não se possa inscrever num mínimo de 60 ECTS por a isso obstem as normas regulamentares referentes à inscrição na tese, dissertação, projeto ou estágio do curso;
3. Residam no concelho de Loulé há, pelo menos, cinco anos consecutivos, ou sejam naturais ou filhos de naturais do concelho, desde que residam fora dele há menos de três anos;
 4. Tendo estado matriculado e inscrito em instituição de ensino superior em ano letivo anterior, apresentem aproveitamento escolar no último ano letivo frequentado. Considera-se que têm aproveitamento escolar os candidatos que tenham obtido aprovação no ano letivo anterior em pelo menos 36 créditos ECTS.

Artigo 5.º — Obrigatoriedade de candidatura aos apoios públicos

1. O candidato deve apresentar, com a candidatura à APA:
 - a) Declaração dos Serviços de Ação Social (SAS) da respetiva instituição comprovativa do deferimento e valor da bolsa pública ou, em caso de indeferimento, cópia da decisão;
 - b) Print de submissão do requerimento, se a decisão ainda não tiver sido proferida.
2. A falta de prova da candidatura à bolsa pública implica exclusão imediata.
3. Sempre que a soma das bolsas públicas (Bolsa de Ação Social da DGES) e privadas seja inferior ao valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), a bolsa atribuída pela APA será ajustada de forma a complementar até esse limite.

CAPÍTULO III – Instrução do Processo

Artigo 6.º — Documentação

1. O boletim próprio da APA deve ser acompanhado dos documentos seguintes:
 - a) Cópia do Cartão de Cidadão de todos os elementos que compõem o agregado familiar;
 - b) Certificado de Habilitações comprovativo dos resultados escolares do ano letivo imediatamente anterior ao da candidatura;
 - c) Atestado de residência, emitido pela respetiva freguesia de residência, que comprove a situação do candidato face ao disposto no número 2 do artigo 4.º;
 - d) Prova de candidatura ou matrícula numa das Instituições do Ensino Superior Nacional;
 - e) Declaração comprovativa de todos os rendimentos do agregado familiar e sua origem, (salários, reformas, pensões e subsídios) bem como dos impostos e despesas (habitação, saúde e transporte) pagos no ano civil anterior ao ano letivo a que se refere o pedido da Bolsa;



- f) Comprovativo emitido pela Autoridade Tributária respeitante ao património predial e mobiliário (veículos) de todos os elementos do agregado familiar com mais de 18 anos;
 - g) Comprovativo de candidatura à Bolsa de Ação Social (art.º 5.º);
 - h) Uma fotografia tipo passe;
 - i) Outros documentos que a APA considere necessários à verificação das condições socioeconómicas.
2. A APA realizará visita domiciliária para validar a informação prestada.

Artigo 7.º — Prazos

1. Candidaturas: de 15 a 30 de setembro.
2. Publicação da lista provisória: até 30 de outubro, na página web e na sede da instituição.
3. Reclamações: 8 dias úteis após a publicação.
4. Decisão final: até 15 de novembro; comunicação por carta.
5. Pagamento: 9 mensalidades por transferência bancária para conta titulada pelo bolseiro a abrir no Banco Montepio (sem custos de manutenção associados). A APA poderá apoiar os encargos associados à abertura da conta, quando aplicável.

CAPÍTULO IV – Seleção e Atribuição

Artigo 8.º — Critérios de seleção

1. Capitação do agregado familiar (ponderação 60 %).
2. Aproveitamento e média académica (ponderação 30 %).
3. Situações de vulnerabilidade social específicas (doença crónica, monoparentalidade, etc.) validadas pelos serviços sociais (ponderação 10 %).
4. Em caso de empate, prevalece a menor capitação e, em seguida, a melhor média.

Artigo 9.º — Causas de cessação

1. As bolsas são atribuídas por ano letivo, carecendo de nova candidatura para o ano seguinte, nos termos do presente regulamento.
2. A bolsa atribuída cessa automaticamente no final de cada ano letivo.
3. Sem prejuízo do número anterior, a bolsa pode cessar antecipadamente nas seguintes situações:
 - a) Inexatidão das declarações prestadas;
 - b) Alteração superveniente da situação económica que torne o estudante inelegível;
 - c) Interrupção definitiva dos estudos;

CAPÍTULO V – Obrigações do Bolseiro



Artigo 10.º — Deveres

1. Informar a APA de qualquer alteração relevante (mudança de curso, residência, rendimentos).
2. Colaborar, durante 35 horas anuais, em atividades comunitárias promovidas pela APA ou por entidades parceiras (apoio a eventos culturais, sociais ou educativos), de acordo com cronograma a acordar.

CAPÍTULO VI – Disposições Finais

Artigo 11.º — Proteção de dados

1. A APA trata os dados pessoais dos candidatos exclusivamente para instrução e gestão das bolsas, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD).
2. Os candidatos podem exercer, por escrito, os direitos de acesso, retificação e oposição.

Artigo 12.º — Revisão do regulamento

Qualquer alteração é aprovada pela Direção da APA e publicada no sítio institucional com antecedência mínima de 30 dias relativamente ao início do período de candidaturas.

Artigo 13.º — Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação pela Direção da APA e aplica-se a partir do ano letivo 2025/2026.

Loulé, 17 de julho de 2025

A Direção da Associação Poeta Aleixo



ANEXO I – Metodologia de Avaliação das Candidaturas

A avaliação das candidaturas às bolsas da APA obedece a uma grelha de pontuação com um total máximo de 100 pontos, distribuídos pelos três critérios previstos no artigo 8.º.

Critério	Subcritério / Faixa	Pontos
1. Capitação do agregado (60 %)	Capitação $\leq 0,5$ IAS	60
	$> 0,5$ e ≤ 1 IAS	45
	> 1 e $\leq 1,4$ IAS	30
	$> 1,4$ e $\leq 1,7$ IAS	15
	$> 1,7$ IAS	0
2. Aproveitamento académico (30 %)	ECTS ≥ 60	30
	ECTS 54–59	24
	ECTS 48–53	18
	ECTS 36–47	12
	ECTS < 36	0
3. Vulnerabilidade social (10 %)	Situação validada por relatório social (doença crónica, monoparentalidade, deficiência, entre outros)	até 10*

* A pontuação neste critério será atribuída caso a situação seja comprovada por documentação idónea ou relatório do técnico instrutor do processo, até ao limite de 10 pontos, segundo decisão da Direção da APA.



ANEXO II — Definições e Cálculos

1. Agregado Familiar

Considera-se agregado familiar o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, afinidade, ou outras situações similares (i.e., vínculo familiar), desde que vivam em economia comum (esta situação mantém-se nos casos em que se verifique a deslocação, por período igual ou inferior a 30 dias, do titular ou de algum dos membros do agregado familiar e, ainda por período superior, se a mesma for devida a razões de saúde, escolaridade, formação profissional ou de relação de trabalho que revista carácter temporário), designadamente:

- a) Parentes e afins maiores, na linha reta e na linha colateral, até ao 3º grau;
- b) Parentes e afins menores na linha reta e na linha colateral;
- c) Tutores e pessoas a quem a Criança esteja confiado por decisão judicial ou administrativa;
- d) Adotados e tutelados por qualquer dos elementos do agregado familiar e Crianças e jovens confiados por decisão judicial ou administrativa a qualquer dos elementos do agregado familiar.

2. Rendimento Anual do Agregado Familiar

Para efeitos de determinação do montante de rendimentos do agregado familiar (RAF), consideram-se os seguintes rendimentos:

- a) Do trabalho dependente;
- b) Do trabalho independente: rendimentos empresariais e profissionais (no âmbito do regime simplificado é considerado o montante anual resultante da aplicação dos coeficientes previstos no Código do IRS ao valor das vendas de mercadorias e de produtos e de serviços prestados);
- c) De pensões: pensões de velhice, invalidez, sobrevivência, aposentação, reforma ou outras de idêntica natureza, as rendas temporárias ou vitalícias, as prestações a cargo de companhias de seguro ou de fundos de pensões e as pensões de alimentos;
- d) De prestações sociais (exceto as atribuídas por encargos familiares e por deficiência);
- e) Bolsas de estudo e formação (exceto as atribuídas para frequência e conclusão, até ao grau de licenciatura);
- f) Prediais: rendas de prédios rústicos, urbanos e mistos, cedência do uso do prédio ou de parte, serviços relacionados com aquela cedência, diferenças auferidas pelo sublocador entre a renda recebida do subarrendatário e a paga ao senhorio, cedência do uso, total ou



parcial, de bens imóveis e a cedência de uso de partes comuns de prédios. Sempre que destes bens imóveis não resultar rendas ou que estas sejam inferiores ao valor Patrimonial Tributário, deve ser considerado como rendimento o valor igual a 5% do valor mais elevado que conste da caderneta predial atualizada, ou da certidão de teor matricial ou do documento que titule a aquisição, reportado a 31 de dez. do ano relevante. Esta disposição não se aplica ao imóvel destinado a habitação permanente do requerente e respetivo agregado familiar, salvo se o seu valor patrimonial for superior a 390 vezes o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG), situação em que se considera como rendimento o montante igual a 5% do valor que exceda aquele valor;

g) De capitais: rendimentos definidos no art.º 5º do Código do IRS, designadamente os juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros. Sempre que estes rendimentos sejam inferiores a 5% do valor dos depósitos bancários e de outros valores mobiliários, do requerente ou de outro elemento do agregado, à data de 31 de dezembro do ano relevante, considera-se como rendimento o montante resultante da aplicação de 5%;

h) Outras fontes de rendimento (exceto os apoios decretados para menores pelo tribunal, no âmbito das medidas de promoção em meio natural de vida).

Para efeito da determinação do montante de rendimento disponível do agregado familiar, consideram-se as seguintes despesas fixas:

a) O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento e da taxa social única;

b) O valor da renda de casa ou de prestação devida pela aquisição de habitação própria;

c) Despesas com transportes, até ao valor máximo da tarifa de transporte da zona da residência;

d) As despesas com saúde e a aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica;

e) Comparticipação nas despesas na resposta social Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) relativo a ascendentes e outros familiares.

3. Rendimento Per Capita (Capitação)

O rendimento mensal per capita ou capitação calcula-se com base na seguinte fórmula:

$$RC = ((RAF/12) - D)/N$$

Sendo que:

RC = Rendimento *per capita*;

RAF = Rendimento do agregado familiar (anual ou anualizado);



D = Despesas mensais fixas;

N = Número de elementos do agregado familiar.

4. Indexante dos Apoios Sociais (IAS)

É o valor de referência utilizado para cálculo de prestações sociais. Para efeitos de candidatura e escalões, é utilizado o IAS em vigor no início do ano letivo.

5. Escalões de Bolsa (Art. 2.º e Anexo I)

- Escalão A: Capitação $\leq 0,5$ IAS
- Escalão B: $> 0,5$ IAS e ≤ 1 IAS
- Escalão C: > 1 IAS e $\leq 1,7$ IAS
- Não elegível: Capitação $> 1,7$ IAS